

Pronunciamento do Colégio Episcopal sobre as Eleições Nacionais de 2014

“Ai daqueles que antes de se levantarem de manhã já fazem planos para explorar e maltratar os outros! E logo que se levantam fazem o que querem, pois são poderosos! Quando querem terrenos ou casas, eles os tomam. Maltratam os outros e não respeitam a família nem a propriedade de ninguém.”

“Escutem, líderes e autoridades de Israel! Vocês deviam praticar a justiça e, no entanto, odeiam o bem e amam o mal. Vocês tiram a pele do meu povo e arrancam a carne dos seus ossos.”

[NTLH] (Miquéias 2.1-2; 3.1-2)

Introdução

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista, à luz da inspiração bíblica do profeta Amós, entende que o povo chamado metodista tem um papel preponderante em sua ação de cidadania, comprometido com uma sociedade democrática de direitos, sob a égide da Constituição Federal e da Justiça Eleitoral. As eleições são parte deste processo de busca permanente de equidade social, de garantia dos direitos fundamentais à pessoa humana, de vivência ética e comunitária, às quais estimulamos o protagonismo de homens e mulheres metodistas, comprometidos/as com os valores do Evangelho de Cristo.

Assim, conclamamos para que nos dias 5 de outubro (em primeiro turno) e dia 26 de outubro (em segundo turno), à participação nas escolhas das futuras lideranças nacionais e estaduais: Presidência da República, Senado Federal, Câmara de Deputados, Governo do Estado, e Assembleias Legislativas. Para esta participação importante para o nosso País, convocamos a Igreja Metodista à oração e à reflexão, que nos orientem nas melhores escolhas, em benefício do bem estar comum de todos os/as brasileiros e brasileiras.

Orientações Pastorais

Este pronunciamento é dirigido a todos/as os/as metodistas, especialmente às lideranças clérigas e leigas que desenvolvem ações permanentes de formação doutrinária e de mobilização à ação das igrejas locais. Reafirmamos que “A Igreja Metodista reconhece que é sua tarefa docente capacitar os membros de suas congregações para o exercício de uma cidadania plena” (Credo Social, seção IV, item 1, p.51 dos Cânones 2012-2016).

Reafirmamos a democracia como um valor universal, bem como no governo representativo dela decorrente; nas quais pessoas são eleitas de forma livre e soberana pelo povo através do voto. Entendemos que uma sociedade democrática pressupõe pluralidade de ideias e a livre expressão do pensa-

mento político, alternância do poder, em forma republicana de participação popular.

Como cristãos e cristãs os ideais de uma representação política devem estar comprometidos com a formação de valores civilizatórios, tais como: o respeito ao semelhante, a igualdade perante a Lei e aos serviços do Estado, a solidariedade, a tolerância a uma cultura de paz; entre outros, que são, também, valores do Evangelho de Cristo.

Cenário Político das eleições de 2014

Desde o início do ano de 2014, alguns fatos sociais, políticos e econômicos têm gerado um contexto, através do qual, pastoralmente, podemos perceber o comportamento de nossa sociedade brasileira, que em um mundo globalizado onde fatos gerados em diferentes países e regiões se conectam em relações de mútua influência. Percebemos, de um modo em geral, que vivemos numa sociedade **volátil**, marcada pela instabilidade e variação econômica; **complexa**, com multiplicidade de formas de ver-se e de interpretar-se a realidade, e os conflitos de natureza geopolítica; **incerta**, gerando um contexto de dúvidas, quanto aos passos a serem dados, a insegurança de projeção de ações para o futuro; e, politicamente, **ambígua**, com inúmeros sentidos sobre determinada situação; muitas vezes

com posições contraditórias sobre o mesmo fato.¹

O processo do chamado “mensalão”, julgado pelo STF, expôs, na esfera partidária, a dualidade de forças políticas de matizes ideológicas distintas, que se digladiam eleitoralmente visando o acesso ao poder; mas que revelam a fragilidade dos partidos majoritários na elaboração de suas amplas alianças partidárias. Alianças políticas que, em muitos casos, não são de natureza político-ideológica, mas, se constituem em verdadeiro fisiologismo. A principal motivação tem sido a de ocupar os cargos ou as funções administrativas ou legislativas nas estruturas de governo, do que a implementação mais efetiva de políticas públicas nas áreas da saúde, saneamento básico, educação e mobilidade urbana, entre outros. Neste sentido, tanto os chamados partidos de “esquerda” como de “direita”, têm práticas e articulações muito semelhantes.

Os movimentos sociais (manifestações) que ganharam as ruas, revelam um nível de insatisfação com a representatividade política e o desencanto com bandeiras históricas dos movimentos sociais e políticos, tradicionais, que propugnavam por uma sociedade democrática, justa, com relações de transparência na administração e no trato da coisa pública. Os atos de vandalismo e de violência, que seguem na esteira destas manifestações, refletem uma juventude desassistida e desprovida de valores éticos, morais e espirituais, inerentes à condição humana.

Neste contexto reivindicatório, o movimento da juventude das periferias em direção aos grandes centros comerciais, aos “shoppings centers”, nos chamados “rolezinhos”, expõe a face latente do preconceito social e étnico em nossa sociedade. Ou seja, a busca pela inclusão social, marcada fortemente em uma sociedade

capitalista, pelo consumo midiático, constitui o extrato e o combustível de inconformidade para a grande maioria cujos resultados concretos de crescimento econômico do País, não se refletem nas melhores condições de saneamento básico, mobilidade urbana, ambiente educacional, emprego, saúde, alimentação e lazer.

Ou seja, vivemos uma conjuntura social que aponta para um futuro de tensões sociais e políticas. Por um lado, o recrudescimento da repressão aos movimentos de rua, por outro lado, a crescente violência de grupos organizados com suas distintas bandeiras reivindicatórias.

O Brasil do pós-Copa

O cenário político-social que precedeu o evento da Copa do Mundo Fifa, foi marcado pelo pessimismo e desconfiança generalizada em relação à conclusão das obras de mobilidade urbana, da construção dos estádios e da capacidade de organização desse megaevento. Em ano de processo eleitoral, as demandas em termos de saúde, transporte e segurança foram potencializadas em face da visibilidade mundial do Brasil por causa desse torneio de futebol mundial. As justificadas críticas aos/as governantes foram amplificadas pelo superfaturamento das obras e do uso de recursos públicos, quer em nível nacional, estadual e local. Passado esse evento, fica evidente que, a despeito do fracasso de nossa seleção, houve fortalecimento do sentimento de brasilidade de nosso povo, a comprovada capacidade de organização, bem como a cordialidade de nossa gente. Esses valores, felizmente, não puderam ser capitalizados por nenhum partido político ou organização; são frutos de uma conquista gradativa de nossa democracia, da participação republicana; ainda que longe de um patamar adequado de bem estar social.

O futebol, como esporte e entretenimento, não deve ser uti-

¹ Conceitos levantados por Wilson Zuccherato em reunião do CONSAD





lizado como um instrumento de manipulação político e ideológico de adesão ou de rejeição das propostas dos Partidos Políticos sobre as quais os eleitores e eleitoras deverão decidir.

Como votar de forma cidadã

1. O voto, sendo um direito individual, é a manifestação de desejo comunitário; do bem comum que desejamos para o nosso País, Estado e Cidade. Neste sentido, como mulheres e homens cristãos, nosso voto é expressão plena da paz e da justiça que buscamos como princípios do Reino de Deus.
2. A busca de valores humanitários e comunitários, através do voto, deve sinalizar a defesa intransigente da dignidade da pessoa humana, da preservação de toda a criação como uma luta à qual nos somamos a todas as pessoas e movimentos que buscam transformação de nossa sociedade, sem abdicar do protagonismo da nossa fé em Cristo.
3. Ao colocarmos nosso voto na urna, estamos votando em ideias, programas partidários, alianças e pessoas. Isto significa conhecer a vida pregressa e o caráter de quem se apresenta como candidato/a. Precisamos conhecer as principais linhas de ação e compromissos do partido e a natureza das alianças estabelecidas para cumprimento do programa. Certamente que o acompanhamento do horário eleitoral permite conhecer um pouco desses pressupostos acima; as promessas e compromissos assumidos para futuro acompanhamento e cobrança.
4. Reafirmamos o que foi dito no Pronunciamento sobre as eleições de 2010:
5. “Exercer um voto ético, comprometido com o reino de Deus, pois a vontade soberana do Senhor deve ser vista e sentida na vida de todos os seres

humanos. Candidatos/as que a cada eleição se apresentam de maneira diferente, frutos de estratégias de marketing e alianças comprometedoras não são dignos de nosso apoio. De igual modo, ninguém deve receber nosso voto simplesmente por expressar uma religiosidade evangélica. Antes, devemos recordar que “a fé, se não tiver obras, por si só estará morta” (Tg 2.1). E ainda, o voto ético não se destina a políticos/as descomprometidos/as, e sim aos/as que são “sal da terra e luz do mundo”. Ele/a não é vendido/a ou trocado/a por bens materiais, mas “traz vida em abundância”. Não se deixa levar pelas aparências, e sim, fortalece a verdade que liberta. Ele/a é consciente e traz à memória o que nos pode dar esperança de uma sociedade cidadã”².

Sugestões práticas

Dado a importância das eleições e da necessidade de um voto consciente, cidadão, e que reflita nosso compromisso com a melhoria das condições de vida para as pessoas e nosso País, sugerimos algumas ações práticas para serem desenvolvidas nas igrejas locais, através dos seus diferentes segmentos:

1. Realizar seminário que permita uma análise da conjuntura do País, do Estado e da Cidade.
2. Promover momentos de reflexão e de estudo mínimo do processo eleitoral, das responsabilidades relativas aos cargos em disputa.
3. Confrontar as ideias e os programas partidários com os ensinamentos e ênfases da Igreja; à luz da Palavra de Deus.
4. Compartilhar informações consistentes sobre os/as candidatos/as que permitam a percepção de sua coerência política, sua integridade ética e moral, sua capacidade de

² Pronunciamento do Colégio Episcopal sobre as eleições nacionais de 2010.

dialogar com a sociedade e sensibilidade aos problemas e demandas sociais.

5. Quando possível, promover e/ou participar de eventos

Acreditamos que um processo político, em seu sentido amplo, não se esgota com as eleições. Os valores de cidadania, marcados por gestões públicas transparentes e probas, tem correspondência na vida de integridade cotidiana de cada cidadão e cidadã brasileira, na participação, nas reivindicações e na projeção de ações que visem o bem comum.

que reúnam diferentes candidatos/as aos cargos eletivos para tomar conhecimento pessoal de suas propostas e posicionamentos políticos face aos desafios nacionais e estaduais.

6. A despeito de descrédito ou desconfianças que alguém possa ter em relação à política partidária, a busca de uma sociedade mais justa, mais solidária, requer perseverança e continuidade histórica na luta por ideais civilizatórios. Assim, entendemos que o exercício do voto é uma das garantias permanente da construção de um Estado democrático de direito. Portanto, recomendamos aos irmãos e irmãs não deixarem de votar, não anulem seu voto!

Recomendações específicas³

1. As dependências das igrejas locais e de nossas instituições sociais e educacionais podem servir como espaço para a informação, reflexão e debate de propostas dos/as candidatos/as, visando à conscientização das comunidades onde estão localizados os diversos trabalhos metodistas. Tal uso deve ser feito sempre em acordo com o Regimento da Igreja, segundo o disposto no Art. 56. Item XXV dos Cânones 2012-2016.
2. Campanhas políticas devem ser evitadas no momento do Culto Público ou de reuniões específicas da própria igreja, tais como a Escola Dominical.
3. Ao ministério ordenado da Igreja Metodista cabe, prioritariamente, a tarefa de apoiar e sustentar pastoralmente a ação e a reflexão política dos membros leigos. As pastoras e pastores metodistas devem procurar ajudá-los/as a concretizar, na prática política partidária a mensagem do Reino de Deus e da sua Justiça.
4. Os pastores e pastoras, membros do Ministério Ordenado da Igreja Metodista, que se sentirem desafiados/as para

³ Pronunciamento do Colégio Episcopal sobre as eleições nacionais de 2010. (adpt)

a postulação de cargos políticos, deverão pedir licença do Ministério Ativo. Desta maneira evita-se a partidarização do púlpito e de nossa vida eclesial causada por qualquer divergência político-partidária envolvendo outros/as pastores e pastoras, bem como os membros leigos das comunidades locais.

Conclusão

Acreditamos que um processo político, em seu sentido amplo, não se esgota com as eleições. Os valores de cidadania, marcados por gestões públicas transparentes e probas, têm correspondência na vida de integridade cotidiana de cada cidadão e cidadã brasileira, na participação, nas reivindicações e na projeção de ações que visem o bem comum.

Como cristãs e cristãos metodistas, cremos na Graça de Deus, revelada em plenitude em Jesus de Nazaré, como o poder do amor transformador, salvador, libertador e reconciliador de todas as pessoas.

Como discípulas e discípulos, participamos desse processo eleitoral procurando ser “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5.13-14).

Como herdeiras e herdeiros da herança wesleyana da cruz e da chama, lembremo-nos de que para John Wesley “a santidade era ênfase essencial para articular tanto a promoção da vida, como a promoção do bem comum e, também, a formação de personalidades com caráter e compromisso, capazes de vivenciar a sua vocação cristã”⁴.

São Paulo, 31 de julho de 2014.

Bispo Adonias Pereira do Lago
Presidente do Colégio Episcopal

Bispo João Carlos Lopes
Vice-presidente do Colégio Episcopal

Bispa Marisa de Freitas Ferreira
Secretária do Colégio Episcopal

Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann

Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

Bispo José Carlos Peres

Bispo Roberto Alves de Souza

Bispo Carlos Alberto Tavares Alves

⁴ Carta Pastoral: Evangelho em ação – ação social da Igreja Metodista. 2014.

